

Sumário

capítulo I

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I.	INTRODUÇÃO	1
	1. O Estado	1
	2. Poderes e funções	2
	3. Função administrativa	3
	4. Federação	4
	4.1. Características	5
	4.2. Autonomia: capacidade de auto-administração	5
II.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SENTIDOS	6
	1. Sentido objetivo	6
	2. Sentido subjetivo	6
III.	ÓRGÃOS PÚBLICOS	7
	1. Introdução	7
	2. A relação órgão/pessoa	7
	2.1. Característica básica	8
	3. Teorias de caracterização do órgão	8
	4. Conceito	9
	5. A capacidade processual	9
	6. Classificação	9
	6.1. Quanto à pessoa federativa	9
	6.2. Quanto à situação estrutural	10
	6.3. Quanto à composição	10
IV.	AGENTES PÚBLICOS	10
V.	PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS	10
	1. Princípios expressos	11
	1.1. Princípio da legalidade	11
	1.2. Princípio da impessoalidade	12
	1.3. Princípio da moralidade	13
	1.4. Princípio da publicidade	13
	2. Princípios reconhecidos	14
	2.1. Princípio da supremacia do interesse público	14
	2.2. Princípio da autotutela	14
	2.3. Princípio da indisponibilidade	15
	2.4. Princípio da continuidade dos serviços públicos	15
	3. O Princípio da razoabilidade	16
VI.	QUESTÕES SOBRE O TEMA	17
VII.	JURISPRUDÊNCIA	19

capítulo II

PODERES E DEVERES DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS

I.	INTRODUÇÃO	21
II.	USO E ABUSO DO PODER	22
	1. Uso do poder	22
	2. Poder-dever de agir	22
	3. Abuso do poder	23
	3.1. Sentido	23
	3.2. Formas de abuso: excesso e desvio de poder	23
	3.3. Efeitos	24
	3.4. Abuso de poder e ilegalidade	24
III.	PODERES ADMINISTRATIVOS	25
	1. Conceito	25
	2. Modalidades	25
	2.1. Poder discricionário (Sentido; limitações ao poder discricionário; discricionariedade e arbitrariedade; atividades vinculadas; controle judicial)	25
	2.2. Poder regulamentar (Sentido; natureza do poder regulamentar; formalização; lei e poder regulamentar; regulamentos autônomos)	27
	2.3. Poder de polícia	30
IV.	DEVERES DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS	30
	1. Dever de probidade	30
	2. Dever de prestar contas	31
	3. Dever de eficiência	32
V.	HIERARQUIA E DISCIPLINA	32
	1. Hierarquia	32
	1.1. Efeitos	33
	1.2. Subordinação e vinculação	34
	1.3. Hierarquia e funções estatais	34
	2. Disciplina funcional	35
	2.1. Sentido	35
	2.2. Direito Penal e Direito punitivo funcional (Ilicitude penal e administrativa-funcional; a aplicação das sanções)	35
	2.3. Procedimento de apuração	36
VI.	QUESTÕES SOBRE O TEMA	37
VII.	JURISPRUDÊNCIA	39

capítulo III

✱ PODER DE POLÍCIA

I.	INTRODUÇÃO	41
II.	SENTIDO AMPLO E RESTRITO	42

III.	CONCEITO	42
IV.	PODER DE POLÍCIA NO DIREITO POSITIVO	43
V.	COMPETÊNCIA	43
VI.	PODER DE POLÍCIA ORIGINÁRIO E DELEGADO	43
VII.	POLÍCIA ADMINISTRATIVA E POLÍCIA JUDICIÁRIA	44
VIII.	FUNDAMENTOS	45
IX.	FINALIDADE	46
X.	ÂMBITO DE INCIDÊNCIA	46
XI.	ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	46
	1. Atos normativos e concretos	46
	2. Determinações e consentimentos estatais	47
	3. Atos de fiscalização	48
XII.	LIMITES	48
XIII.	CARACTERÍSTICAS	49
	1. Discricionariedade e vinculação	49
	2. Auto-executoriedade	50
	3. Coercibilidade	50
XIV.	LEGITIMIDADE DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA	51
	1. Requisitos gerais de validade	51
	2. Princípio da proporcionalidade	51
XV.	SANÇÕES DE POLÍCIA	52
XVI.	QUESTÕES SOBRE O TEMA	52
XVII.	JURISPRUDÊNCIA	55

capítulo IV

ATO ADMINISTRATIVO

I.	INTRODUÇÃO	58
	1. Fatos administrativos	59
	2. Atos da Administração	59
	3. Atos jurídicos e atos administrativos	60
II.	CONCEITO	60
III.	ELEMENTOS	61
	1. Competência	62
	1.1 Sentido	62
	1.2 Fonte	62
	1.3 Características	63

1.4	Crerios definidores da competncia	63
1.5	Delegao e avocao	64
2.	Objeto	65
2.1	Sentido	65
2.2	Requisitos de validade	65
2.3	Discricionariedade e vinculao	65
3.	Forma	66
3.1	Sentido	66
3.2	Requisito de validade	66
3.3	Princpio da solenidade	67
4.	Motivo	68
4.1	Sentido	68
4.2	Discricionariedade e vinculao	68
4.3	Motivo e motivao	68
4.4	Teoria dos motivos determinantes	71
4.5	Congruncia entre o motivo e o resultado do ato	71
5.	Finalidade	72
5.1	Sentido	72
5.2	Finalidade e objeto	73
IV.	CARACTERÍSTICAS	73
1.	Imperatividade	73
2.	Presuno de legitimidade	74
3.	Auto-executoriedade	75
V.	MÉRITO ADMINISTRATIVO	76
1.	Sentido	76
2.	Vinculao e discricionariedade	76
3.	Controle do mrito	77
VI.	FORMAÇÃO E EFEITOS	77
1.	Perfeio	77
2.	Eficcia	78
3.	Exeqüibilidade	78
4.	Validade	79
VII.	CLASSIFICAÇÃO	79
1.	Crrio dos destinatrios: atos gerais e individuais	79
2.	Crrio das prerrogativas: atos de imprio e atos de gesto	80
3.	Crrio da liberdade de ao: atos vinculados e discionrios	80
4.	Crrio da intervenao da vontade administrativa: atos simples, compostos e complexos	81
5.	Crrio dos efeitos: atos constitutivos, declaratrios e enunciativos	82
6.	Crrio da retratabilidade: atos revogveis e irrevogveis	83
7.	Crrio da executoriedade: atos auto-executrios e no auto-executrios	83
VIII.	ESPÉCIES	84
1.	Espcies quanto a forma de exteriorizao	84
1.1	Decretos	84
1.2	Resolues e deliberaes	85

1.3	Instruções, circulares, portarias, ordens de serviço, provimentos e avisos	86
1.4	Alvarás	86
1.5	Ofícios	86
1.6	Pareceres	86
1.7	Certidões, atestados e declarações	87
1.8	Despachos	88
2.	Espécies quanto ao conteúdo	88
2.1	Licença	88
2.2	Permissão	89
2.3	Autorização	90
2.4	Admissão	91
2.5	Aprovação, homologação e visto	91
2.6	Atos sancionatórios	92
2.7	Atos funcionais	92
IX.	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	93
X.	EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	93
1.	Extinção natural	93
2.	Extinção subjetiva	93
3.	Extinção objetiva	94
4.	Caducidade	94
5.	Desfazimento volitivo	94
XI.	INVALIDAÇÃO (ou anulação)	95
1.	Teoria das nulidades	95
1.1	Introdução	95
1.2	As nulidades no direito privado	95
1.3	A controvérsia doutrinária	96
1.4	A terminologia adotada	96
2.	Conceito e pressupostos	97
3.	Quem pode invalidar	97
4.	Efeitos	98
5.	Convalidação	99
XII.	REVOGAÇÃO	100
1.	Conceito	100
2.	Pressuposto	100
3.	Fundamento	101
4.	Origem	101
5.	Efeitos	102
6.	Inocorrência	102
7.	Revogação da revogação	103
XIII.	QUESTÕES SOBRE O TEMA	104
XIV.	JURISPRUDÊNCIA	109

capítulo V

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

I.	INTRODUÇÃO	114
II.	CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	115
	1. Contratos privados da administração	115
	2. Contratos administrativos	115
III.	CONCEITO	116
IV.	DISCIPLINA NORMATIVA	116
	1. Disciplina constitucional	116
	2. Disciplina legal	117
V.	SUJEITOS DO CONTRATO	117
VI.	CARACTERÍSTICAS	118
	1. A relação contratual	118
	2. A posição preponderante da administração	119
	3. O sujeito administrativo e o objeto	119
VII.	ESPÉCIES	120
	1. Contratos de obras	120
	1.1. Sentido	120
	1.2. Condições específicas de contratação	120
	1.3. Regimes de execução	121
	2. Contratos de serviços	122
	3. Contratos de fornecimento	123
	4. Contratos de concessão	123
	4.1. Aspectos gerais	123
	4.2. Concessão de serviço público	124
	4.3. Concessão de serviço público precedido da execução de obra pública	124
	4.4. Concessão de uso de bem público	125
	5. Alienações e locações	125
	6. Outras espécies	127
VIII.	CLÁUSULAS DE PRIVILÉGIO	128
	1. Sentido	128
	2. Alteração unilateral	129
	3. Rescisão unilateral	129
	3.1. Motivos	129
	3.2. Efeitos	130
	3.3. A exceção de contrato não cumprido	130
	4. Sanções extracontratuais	131
IX.	EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	132
	1. Sentido	132
	2. Efeitos	132
	3. Reajuste e revisão	132

SUMÁRIO

X.	FORMALIZAÇÃO	134
1.	Instrumento	134
2.	Solenidades	134
3.	Cláusulas essenciais	135
4.	Garantias	135
XI	DURAÇÃO DO CONTRATO	135
XII	PRORROGAÇÃO DO CONTRATO	136
XIII	RENOVAÇÃO DO CONTRATO	137
XIV	INEXECUÇÃO DO CONTRATO	137
1.	Introdução	137
2.	Inexecução culposa	137
3.	Inexecução sem Culpa	138
3.1.	Teoria da imprevisão	138
3.2.	O fato do príncipe	139
3.3.	Caso fortuito e força maior	140
XV.	EXTINÇÃO DO CONTRATO	140
1.	Cumprimento do objeto	140
2.	Término do prazo	141
3.	Impossibilidade material ou jurídica	141
4.	Invalidação	141
5.	Rescisão	143
5.1.	Rescisão amigável	143
5.2.	Rescisão judicial	143
5.3.	Rescisão administrativa	144
XVI.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	145
XVII.	CRIMES E PENAS	145
XVIII.	CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS	146
XIX.	QUESTÕES SOBRE O TEMA	148
XX	JURISPRUDÊNCIA	152

capítulo VI

▼ LICITAÇÃO

I.	INTRODUÇÃO	155
II.	CONCEITO	156
III.	NATUREZA JURÍDICA	156
IV.	DISCIPLINA NORMATIVA	157
1.	Disciplina constitucional	157
2.	Disciplina legal	157

V.	DESTINATÁRIOS	158
VI.	FUNDAMENTOS	159
	1. Moralidade administrativa	159
	2. Igualdade de oportunidades	159
VII.	OBJETO	160
VIII.	PRINCÍPIOS	160
	1. Princípios básicos	160
	1.1. Princípio da legalidade	161
	1.2. Princípios da moralidade e da impessoalidade	161
	1.3. Princípio da igualdade	161
	1.4. Princípio da publicidade	162
	1.5. Princípio da probidade administrativa	163
	1.6. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	163
	1.7. Princípio do julgamento objetivo	163
	2. Princípios correlatos	164
IX.	DISPENSA DE LICITAÇÃO	165
	1. Introdução	165
	2. Critério de valor	166
	3. Situações excepcionais	166
	4. Gêneros perecíveis e obras de arte	167
	5. Desinteresse na contratação	168
	6. Entidades sem fins lucrativos	168
	7. Disparidade de propostas	169
	8. Intervenção no domínio econômico	169
	9. Complementação do objeto	169
	10. Pessoas administrativas	170
	11. Locação e compra de imóvel	170
	12. Negócios internacionais	171
X.	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	171
	1. Fornecedor exclusivo	172
	2. Atividades artísticas	173
	3. Serviços técnicos especializados	173
XI.	MODALIDADES	174
	1. Concorrência	174
	1.1. Sentido	174
	1.2. Tipos	175
	1.3. Características	175
	2. Tomada de preços	175
	2.1. Sentido	176
	2.2. Registros cadastrais	176
	2.3. Características	177
	3. Convite	177
	4. Concurso	178
	5. Leilão	178
XII.	PROCEDIMENTO	179

1. Formalização	179
2. Edital	179
3. Habilitação	181
4. Procedimento seletivo	182
4.1. Normas gerais	182
4.2. Julgamento da habilitação	183
4.3. Julgamento das propostas	183
4.4. Fatores e critérios de julgamento	183
4.5. Tipos de licitação	184
4.6. Classificação	185
5. Adjudicação	185
6. Homologação	186
XIII. ANULAÇÃO	186
XIV. REVOGAÇÃO	187
XV. RECURSOS ADMINISTRATIVOS	188
XVI. CRIMES E PENAS	189
XVII. QUESTÕES SOBRE O TEMA	190
XVIII. JURISPRUDÊNCIA	194

capítulo VII

SERVIÇOS PÚBLICOS

I. INTRODUÇÃO	197
II. CONCEITO	198
III. CARACTERÍSTICAS	199
1. Sujeito estatal	199
2. Interesse coletivo	200
3. Regime de direito público	200
IV. CLASSIFICAÇÃO	200
1. Serviços delegáveis e indelegáveis	201
2. Serviços administrativos e de utilidade pública	201
3. Serviços coletivos e singulares	202
4. Serviços sociais e econômicos	202
V. TITULARIDADE	203
1. Competência	203
2. Regulamentação	204
3. Controle	204
VI. PRINCÍPIOS	205
1. Princípio da generalidade	205
2. Princípio da continuidade	205
3. Princípio da eficiência	206
4. Princípio da modicidade	206

VII.	REMUNERAÇÃO	207
VIII.	USUÁRIOS	207
	1. Direitos	208
	2. Deveres	208
IX.	EXECUÇÃO DO SERVIÇO	209
	1. Execução direta	209
	2. Execução indireta	209
	2.1. Noção	210
	2.2. Descentralização	211
	– <i>Delegação legal</i>	211
	– <i>Delegação negocial: particulares em colaboração</i>	211
X.	QUESTÕES SOBRE O TEMA	212
XI.	JURISPRUDÊNCIA	213

capítulo VIII

CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

I.	INTRODUÇÃO	216
II.	FONTES NORMATIVAS	217
	1. Fonte constitucional	217
	2. Fonte infraconstitucional	218
III.	CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	218
	1. Modalidades	218
	2. Concessão de serviço público simples	218
	2.1. Conceito	218
	2.2. Objeto	219
	3. Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública	220
	3.1. Nomenclatura	220
	3.2. Conceito	220
	3.3. Objeto	221
	4. Natureza jurídica	221
	4.1. O caráter contratual	221
	4.2. Concessão e permissão	222
	5. A relação contratual	222
	6. A supremacia do concedente	223
	7. Natureza do concessionário	223
	8. Concessão a empresas estatais	223
	9. Exigência de licitação	224
	9.1. O caráter de obrigatoriedade	224
	9.2. Modalidade licitatória	225
	9.3. O edital	225
	9.4. Critérios de julgamento	226
	9.5. Fatores de desclassificação	226
	9.6. Participação de empresas estatais	227

10. Mutabilidade	227
11. Política tarifária	228
12. Análise do pacto de concessão	229
12.1. Autorização legal	229
12.2. Cláusulas essenciais	230
12.3. A responsabilidade do concessionário	231
12.4. Transferência de encargos	233
12.5. Alteração do concessionário	233
13. Encargos do concedente	234
13.1. Fiscalização	234
13.2. Intervenção na propriedade privada	235
13.3. Outros encargos pertinentes	235
14. Encargos do concessionário	236
14.1. Serviço adequado	236
14.2. Transferência na execução	237
14.3. As contratações do concessionário	237
15. Direitos e obrigações dos usuários	238
16. Prazo da concessão	239
17. Intervenção na concessão	240
17.1. Sentido	240
17.2. Procedimento	240
18. Extinção	241
18.1. Termo final do prazo	242
18.2. Anulação	242
18.3. Rescisão	242
18.4. Caducidade	244
18.5. Encampação	245
19. Reversão	245
20. Concessões anteriores	247
 IV. PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	 249
1. Conceito e objeto	249
2. Natureza jurídica	249
3. Características	250
4. A permissão condicionada	251
5. Referências constitucionais	252
6. Responsabilidade civil	252
7. Aplicação de regras idênticas às das concessões	252
8. Extinção	253
8.1. Termo final do prazo	253
8.2. Anulação	253
8.3. Revogação	254
8.4. Caducidade	254
8.5. Desfazimento por iniciativa do permissionário	255
 V. AUTORIZAÇÃO	 255
 VI. QUESTÕES SOBRE O TEMA	 257
 VII. JURISPRUDÊNCIA	 259

capítulo IX

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

I.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	263
1.	Federação e autonomia	263
2.	Poderes e funções. A função administrativa	264
3.	Administração Pública	265
4.	Organização administrativa: centralização e descentralização	265
5.	Princípios regedores da Administração Pública	266
II.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	267
1.	Conceito	267
2.	Natureza da função	267
3.	Abrangência	268
4.	Composição	268
III.	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	269
1.	Conceito	269
2.	Natureza da função	270
3.	Abrangência	270
4.	Composição	271
5.	Administração fundacional.....	271
6.	Entidades paraestatais	272
7.	Princípios da Administração Indireta.....	274
7.1.	Princípio da reserva legal	274
7.2.	Princípio da especialidade.....	274
7.3.	Princípio do controle.....	275
8.	Categorias jurídicas.....	276
IV.	AUTARQUIAS	276
1.	Introdução	276
1.1.	Terminologia	276
1.2.	Autarquia e autonomia	277
1.3.	Autarquias institucionais e territoriais	277
2.	Conceito	278
3.	Referências normativas	278
4.	Personalidade jurídica	279
5.	Criação, organização e extinção	280
6.	Objeto	281
7.	Classificação	281
7.1.	Quanto ao nível federativo	281
7.2.	Quanto ao objeto.....	282
8.	Patrimônio	282
9.	Pessoal	283
10.	Controle judicial	284
11.	Foro dos litígios judiciais	285
12.	Atos e contratos	285
13.	Responsabilidade civil	286
14.	Prerrogativas autárquicas.....	287

V.	EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	288
1.	Introdução	288
2.	Conceito	288
3.	Referências normativas	289
4.	Personalidade jurídica	290
5.	Criação e extinção	290
6.	Objeto	291
7.	Regime jurídico	293
8.	Diferenças entre as entidades	294
8.1.	A constituição do capital	295
8.2.	A forma jurídica	295
8.3.	O foro processual para entidades federais	296
9.	Patrimônio	297
10.	Pessoal	297
11.	Atos e contratos	298
12.	Falência e execução	299
13.	Responsabilidade civil	300
VI.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS	300
1.	Introdução	300
2.	A polêmica sobre a natureza jurídica das fundações	301
3.	Característica fundamental	304
4.	Objeto	304
5.	Criação e extinção	305
6.	Regime jurídico	305
7.	Patrimônio	306
8.	Pessoal	307
9.	Controle	307
10.	Foro dos litígios	309
11.	Atos e contratos	309
12.	Responsabilidade civil	309
VII.	OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS VINCULADAS AO ESTADO	310
1.	Introdução	310
2.	Pessoas de cooperação governamental	310
VIII.	QUESTÕES SOBRE O TEMA	314
IX.	JURISPRUDÊNCIA	316

capítulo X

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

I.	INTRODUÇÃO	319
1.	Responsabilidade. Noção jurídica	319
2.	Responsabilidade civil	320
3.	O dano e a indenização	321
4.	Os sujeitos do cenário	322
II.	EVOLUÇÃO	322
1.	Irresponsabilidade do Estado	322

2.	Teoria da responsabilidade com culpa	323
3.	Teoria da culpa administrativa	323
4.	Teoria da responsabilidade objetiva	324
5.	Fundamento da responsabilidade objetiva: a teoria do risco administrativo	324
III.	DIREITO BRASILEIRO	325
1.	Código Civil	325
2.	Constituição Federal	325
3.	Análise dos elementos constitucionais	326
-	Pessoas responsáveis	326
-	Agentes do Estado	327
-	A duplicidade de relações jurídicas	328
IV.	APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA	329
1.	Pressupostos	329
2.	Ônus da prova: inversão	329
3.	Participação do lesado	329
4.	Fatos imprevisíveis	330
5.	Atos de multidões	331
6.	Danos de obra pública	332
7.	Condutas culposas	333
8.	Responsabilidades primária e subsidiária	334
V.	ATOS LEGISLATIVOS	335
1.	Regra geral	335
2.	Leis inconstitucionais	336
3.	Leis de efeitos concretos	336
VI.	ATOS JUDICIAIS	337
1.	Atos administrativos e jurisdicionais	337
2.	Condutas dolosas	338
3.	Condutas culposas	338
VII.	REPARAÇÃO DO DANO	339
-	A indenização	339
-	Meios de reparação do dano	340
-	Prescrição	340
-	Sujeito passivo da lide	340
-	Denúnciação à lide	341
VIII.	O DIREITO DE REGRESSO	342
-	Sentido	342
-	Meios de solução	342
-	Causa de pedir	343
-	Interesse de agir	343
-	Prescrição	344
IX.	QUESTÕES SOBRE O TEMA	344
X.	JURISPRUDÊNCIA	347

capítulo XI

SERVIDORES PÚBLICOS

I.	AGENTES PÚBLICOS	352
1.	Sentido	352
2.	Classificação	353
2.1.	Agentes políticos	353
2.2.	Agentes particulares colaboradores	354
2.3.	Servidores públicos	354
3.	Agentes de fato	355
II.	SERVIDORES PÚBLICOS	356
1.	Sentido	356
2.	Características	356
3.	Classificação	357
III.	REGIMES JURÍDICOS FUNCIONAIS	358
1.	Estatutário	359
2.	Trabalhista	360
3.	Especial	360
4.	Regime jurídico único	361
IV.	ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL	362
1.	Quadro funcional	362
2.	Cargos, empregos e funções públicas	363
3.	Classificação dos cargos	364
4.	Criação, transformação e extinção de cargos	365
5.	Provimento (tipos; formas)	366
6.	Investidura: nomeação, posse e exercício	367
7.	Reingresso	368
8.	Vacância	369
9.	Direito adquirido dos servidores	369
V.	REGIME CONSTITUCIONAL	370
1.	Concurso público	371
-	Sentido	371
-	Fundamento	371
-	Alcance da exigência	372
-	Inexigibilidade	373
-	Concurso interno	373
-	Inscrição e aprovação	374
-	Validade	374
-	Precedência na condenação	374
-	Sanção	375
2.	Acessibilidade	375
-	Sentido	375
-	Incidência	376
-	Requisitos de acesso	376
-	Sexo e idade	377
-	Exame psicotécnico	377

3. Acumulação	378
- Regra geral: vedação	378
- Situações de permissividade	379
- Efeitos	379
- Convalidação constitucional	380
4. Estabilidade	380
- Regra geral	380
- Estabilização constitucional	381
- Estágio probatório	381
- Estabilidade e efetividade	382
- Demissão e exoneração	383
- Servidores trabalhistas	383
5. Aposentadoria	384
- Sentido	384
- Modalidades	385
- Proventos	386
- Atividades especiais	386
- Revisão de proventos	386
- Direito adquirido	387
- Cassação de aposentadoria	388
- Cômputo do tempo	388
6. Disponibilidade	388
- Sentido e pressupostos	388
- Efeitos	389
- A questão dos proventos	389
7. Mandato eletivo	391
8. O sistema constitucional de remuneração	392
- Remuneração, vencimentos e vantagens pecuniárias	392
- Isonomia	393
- Vinculação e teto	394
9. Associação sindical e direito de greve	395
10. Direitos sociais dos servidores	397
VI. RESPONSABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS	397
1. Responsabilidade civil	398
2. Responsabilidade penal	399
3. Responsabilidade administrativa	399
4. Efeitos da decisão penal na esfera administrativa	400
VII. QUESTÕES SOBRE O TEMA	403
VIII. JURISPRUDÊNCIA	408

capítulo XII

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

I. INTRODUÇÃO	414
1. Breve histórico	414
2. Propriedade	415

II.	INTERVENÇÃO	416
1.	Sentido	416
2.	Quadro normativo constitucional	416
III.	COMPETÊNCIA	417
IV.	FUNDAMENTOS	418
1.	Supremacia do interesse público	418
2.	Função social da propriedade	418
V.	MODALIDADES	419
VI.	SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	420
1.	Sentido e natureza jurídica	420
2.	Fundamentos	421
3.	Objeto	421
4.	Formas de instituição	422
5.	Extinção	424
6.	Indenização	424
7.	Características	425
VII.	REQUISIÇÃO	425
1.	Sentido	425
2.	Fundamentos	426
3.	Objeto e indenização	426
4.	Instituição e extinção	427
5.	Características	428
VIII.	OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	428
1.	Sentido e objeto	428
2.	Fundamentos	429
3.	Modalidades e indenização	429
4.	Instituição e extinção	430
5.	Características	431
IX.	LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS	432
1.	Sentido	432
2.	Natureza	432
3.	Fundamentos	433
4.	Indenização	433
5.	Características	434
X.	TOMBAMENTO	434
1.	Sentido	434
2.	Fonte normativa	435
3.	Fundamento	436
4.	Objeto	436
5.	Natureza jurídica	436
6.	Espécies	437
7.	Instituição	438
8.	Processo administrativo	439
9.	Efeitos	440

10. Controle	441
11. Outros instrumentos protetivos	441
XI. QUESTÕES SOBRE O TEMA	442
XII. JURISPRUDÊNCIA	444

capítulo XIII

DESAPROPRIAÇÃO

I. INTRODUÇÃO	448
II. CONCEITO	449
III. NATUREZA JURÍDICA	450
IV. PRESSUPOSTOS	450
V. FONTES NORMATIVAS E ESPÉCIES	451
VI. OBJETO	453
1. Regra geral	453
2. Bens públicos	454
3. Bens de entidades da Administração Indireta	454
4. Margens dos rios navegáveis	456
VII. FORMA DE AQUISIÇÃO	456
VIII. COMPETÊNCIAS	457
IX. DESTINAÇÃO DOS BENS DESAPROPRIADOS	459
1. Regra geral	459
2. Casos especiais	460
X. FASE DECLARATÓRIA	462
1. A declaração expropriatória	462
2. Conteúdo	462
3. Formalização	463
4. Natureza jurídica	464
5. Efeitos	465
6. Caducidade	466
XI. FASE EXECUTÓRIA	466
1. Via administrativa	467
2. Via judicial	468
XII. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	469
1. Partes	469
2. A pretensão	469
3. A contestação	470
4. Imissão provisória na posse	471

5. Prova pericial	473
6. Intervenção do Ministério Público	473
7. Sentença	474
8. Transferência da propriedade	475
XIII. INDENIZAÇÃO	476
1. Regra geral	476
2. Situações especiais	476
3. Enfiteuse	477
4. Juros moratórios e compensatórios	478
5. Atualização monetária	479
6. Honorários	479
XIV. DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO	480
XV. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	480
1. Sentido	480
2. Fundamento	481
3. Proteção possessória	482
4. Ação do expropriado	482
- Caracterização	482
- Natureza e legitimidade para a ação	482
- Foro da ação	483
- Prescrição da ação	483
- Acréscimos indenizatórios	483
XVI. DIREITO DE EXTENSÃO	484
1. Sentido	484
2. Fundamento	484
3. Outros aspectos	485
- Admissibilidade	485
- Oportunidade do exercício do direito	486
XVII. RETROCESSÃO	487
1. Noção jurídica	487
2. Natureza do direito	487
3. Aspectos especiais	489
- Tredestinação	489
- Demora na utilização do bem	489
- Prescrição	490
- Alienação por acordo	490
XVIII. QUESTÕES SOBRE O TEMA	490
XIX. JURISPRUDÊNCIA	494

capítulo XIV

ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

I. INTRODUÇÃO	501
---------------------	-----

1. O liberalismo econômico	501
2. Modelo interventivo	502
3. Constitucionalização normativa	503
4. Quadro normativo	504
II. ORDEM ECONÔMICA	504
1. Fundamentos	504
- Valorização do trabalho humano	505
- Liberdade de iniciativa	505
2. Princípios	506
III. FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO	506
IV. ESTADO-REGULADOR	507
1. Sentido	507
2. Natureza da atuação	508
3. Competência	508
4. Repressão ao abuso do poder econômico	509
4.1. Sentido	509
4.2. Formas de abuso	510
4.3. Trustes, cartéis e <i>dumping</i>	511
4.4. Normas e meios repressivos	511
5. Controle do abastecimento	512
6. Tabelaamento de preços	513
7. Microempresas e empresas de pequeno porte	514
V. ESTADO-EXECUTOR	515
1. Formas	515
2. Exploração direta	516
2.1. Regra geral	516
2.2. Pressupostos	517
3. Exploração indireta	518
3.1. Sentido	518
3.2. As empresas do Estado	518
3.3. Regime jurídico	519
3.4. Privilégios fiscais	521
VI. MONOPÓLIO ESTATAL	521
1. Sentido	521
2. Natureza jurídica	522
3. Monopólio e privilégio	522
4. Atividades monopolizadas	522
VII. QUESTÕES SOBRE O TEMA	523
VIII. JURISPRUDÊNCIA	525

capítulo XV

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I. INTRODUÇÃO	527
---------------------	-----

1. Controle político e controle administrativo	527
2. Fundamentos	528
II. CONTROLE	529
1. Sentido	529
2. Objetivo	529
3. Natureza jurídica	530
4. Classificação	530
4.1. Quanto à natureza do controlador	530
4.2. Quanto à extensão do controle	531
4.3. Quanto à natureza do controle	531
4.4. Quanto ao âmbito da Administração	533
4.5. Quanto à oportunidade	533
4.6. Quanto à iniciativa	534
III. CONTROLE ADMINISTRATIVO	534
1. Sentido	534
2. Objetivo	535
3. Meios de controle	535
3.1. Controle ministerial	535
3.2. Hierarquia orgânica	536
3.3. Direito de petição	536
3.4. Revisão recursal	537
4. Recursos administrativos	537
4.1. Sentido	537
4.2. Fundamentos e objetivos	538
4.3. Natureza jurídica	538
4.4. Formalização	539
4.5. Classificação	540
- Recurso hierárquico próprio	540
- Recurso hierárquico impróprio	540
4.6. Espécies	541
- Nomenclatura usual	541
- Representação	541
- Reclamação	542
- Pedido de reconsideração	542
- Revisão	543
4.7. Efeitos	543
4.8. Exigência de garantia	544
4.9. <i>Reformatio in pejus</i>	545
4.10. Exaustão da via administrativa	456
5. Coisa julgada administrativa	548
6. Prescrição administrativa	549
- Sentido	549
- Fundamento	549
- Efeitos	549
- Prazo	550
7. Processo Administrativo	551
7.1. Introdução	551
- Processo e procedimento	551
- Sistematização	552

7.2. Sentido	552
7.3. Classificação	552
- Processos não-litigiosos	552
- Processos litigiosos	553
7.4. Objeto	553
- Genérico	553
- Específico	554
7.5. Princípios	555
- Devido processo legal	555
- Oficialidade	556
- Contraditório e ampla defesa	557
- Publicidade	557
- Informalismo procedimental	558
- Verdade material	559
7.6. Processo Administrativo Disciplinar	559
- Sentido e fundamento	559
- Base normativa	560
- Objeto	560
- Sindicância	561
- Inquérito administrativo	562
- Processo disciplinar principal	563
- Procedimento	564
- Meios sumários	566
IV. CONTROLE LEGISLATIVO	566
1. Sentido e fundamento	566
2. Espécies de controle	567
2.1. Controle político	567
2.2. Controle financeiro	569
- Sentido	569
- Abrangência	569
- Formas de controle	569
- Áreas fiscalizadas	570
- Natureza do controle	570
3. Tribunal de Contas	571
V. CONTROLE JUDICIAL	573
1. Sentido	573
2. Sistemas de controle	573
2.1. Sistema do contencioso administrativo	574
2.2. sistema da unidade de jurisdição	575
3. Natureza	575
4. Oportunidade	576
5. Atos sob controle especial	577
- Atos políticos	577
- Atos legislativos típicos	578
- Atos interna corporis	579
6. Instrumentos de controle	580
6.1. Meios inespecíficos	580
6.2. Meios específicos	580

7. Prescrição de ações contra a Fazenda	580
- Sentido	580
- Fonte normativa	581
- Direitos pessoais e reais	581
- Interrupção e suspensão	582
- Prescrição da ação e prescrição das prestações	583
- Prescrição intercorrente	584
8. MANDADO DE SEGURANÇA	584
- Conceito	584
- Espécies e fontes legais	584
- Objeto da tutela	584
- Objeto da impugnação	585
- Formas de tutela	585
- Descabimento	586
- Liminar	587
- Sentença e coisa julgada	588
- Prazo	588
9. <i>HABEAS CORPUS</i>	589
- Conceito e fontes normativas	589
- Pressupostos constitucionais	589
- Espécies	590
- Constrangimento ilegal	590
10. AÇÃO POPULAR	590
- Conceito e fontes normativas	590
- Bens tutelados	590
- Legitimação ativa e passiva	591
- Objeto da ação	592
- Liminar	592
- Sentença e coisa julgada	592
11. MANDADO DE INJUNÇÃO	593
- Conceito e fonte normativa	593
- Pressupostos	594
- Bens tutelados	594
- Legitimação ativa e passiva	595
- Liminar	595
- Decisão	596
12. <i>HABEAS DATA</i>	597
- Conceito e fonte normativa	597
- Bem tutelado	597
- Partes	597
- Interesse de agir	598
- Decisão	598
13. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	598
- Conceito e fontes normativas	598
- Bens tutelados	599
- Espécies de tutela	600

- Partes	600
- Sentença e coisa julgada	601
VI. O PODER PÚBLICO EM JUÍZO	602
- Capacidade processual	602
- Pessoas federais	603
- Pessoas estaduais e distrital	603
- Pessoas municipais	604
- Representação judicial	604
- Particularidades processuais	605
- Despesas judiciais	606
- Pagamento de créditos	607
VII. QUESTÕES SOBRE O TEMA	607
VIII. JURISPRUDÊNCIA	610

capítulo XVI

BENS PÚBLICOS

I. INTRODUÇÃO	618
1. Domínio público	618
2. Domínio eminente	619
II. CONCEITO	620
III. BENS DAS PESSOAS ADMINISTRATIVAS PRIVADAS	621
IV. CLASSIFICAÇÃO	622
1. Quanto à titularidade	622
- Bens federais	622
- Bens estaduais e distritais	622
- Bens municipais	623
2. Quanto à destinação	623
- Bens de uso comum do povo	623
- Bens de uso especial	623
- Bens dominicais	624
3. Quanto à disponibilidade	625
- Bens não-patrimoniais	625
- Bens patrimoniais indisponíveis	625
- Bens patrimoniais disponíveis	626
V. AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO	626
VI. REGIME JURÍDICO	628
1. Alienabilidade condicionada	628
2. Impenhorabilidade	629
3. Imprescritibilidade	629
4. Não-onerabilidade	630
VII. AQUISIÇÃO	630
1. Introdução	630

2. Classificação	631
3. Formas de aquisição	631
- Contratos	631
- Usucapião	633
- Desapropriação	633
- Acessão	633
- Aquisição <i>causa mortis</i>	634
- Arrematação	634
- Adjudicação	635
- Resgate na enfiteuse	635
- Aquisição <i>ex vi legis</i>	635
VIII. GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS	636
1. Sentido	636
2. Uso dos bens públicos	637
3. Formas de uso	638
3.1. Uso comum	638
3.2. Uso especial	639
4. Uso privativo	640
4.1. Autorização de uso	641
4.2. Permissão de uso	642
4.3. Concessão de uso	643
4.4. Concessão de direito real de uso	645
4.5. Cessão de uso	646
4.6. Formas de direito privado	647
- Enfiteuse	647
- Locação	648
- Comodato	648
IX. ALIENAÇÃO	649
1. Considerações gerais	649
2. Instrumentos comuns	649
- Venda	650
- Doação	650
- Permuta	651
- Dação em pagamento	651
3. Instrumentos específicos	651
- Concessão de domínio	652
- Investidura	652
- Incorporação	653
- Retrocessão	653
- Legitimação de posse	653
X. ESPÉCIES DE BENS PÚBLICOS	654
1. Terras devolutas	654
2. Terrenos de marinha	655
3. Terrenos acrescidos	656
4. Terrenos reservados	656
5. Terras ocupadas pelos índios	657
6. Plataforma continental	657
7. Ilhas	658
8. Faixa de fronteiras	659

XI.	ÁGUAS PÚBLICAS	659
XII.	QUESTÕES SOBRE O TEMA	660
XIII.	JURISPRUDÊNCIA	662